

MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO: MAPAS AFETIVOS COMO INDICADORES DE HÁBITOS CULTURAIS

Kaian Nóbrega Maryssael Ciasca¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor a utilização do conceito de mapas afetivos para qualificar certos indicadores culturais, normalmente quantitativos, a fim de obter diagnósticos mais aprofundados dos hábitos culturais de um recorte da população da cidade de São Paulo. Para isso, é analisada uma experiência de construção desse recurso cartográfico, o Laboratório CEU: Território Novo Mundo, em diálogo com dados de indicadores culturais levantados em pesquisas realizadas nos últimos anos sobre satisfação e bem-estar. Nesta análise, são levados em conta a relação entre a memória e o território, a importância dessa relação na construção da identidade de um indivíduo ou coletivo e processos de legitimação cultural que, normalmente, permeiam essas abordagens. Pretende-se, portanto, debater aqui que a proposição de um mapa afetivo pode atingir camadas de percepção de hábitos culturais de uma população que melhor abordam a complexidade envolvida no diagnóstico desses hábitos, podendo, inclusive, ser utilizado na proposição de políticas públicas.

Palavras-chave: Mapas afetivos. Indicadores culturais. Hábitos culturais. Memória. Identidade.

ABSTRACT

The present article aims to propose a use of the concept of affective maps in order to qualify certain cultural indicators, usually quantitative ones, for a more deepened diagnosis of the cultural habits of a population cut. In order to do so, we analyze the construction of this cartographic resource: the 'CEU Laboratory: New World Territory', in a dialogue with data from cultural indicators previously collected in satisfaction and welfare surveys, carried out in recent years. This analysis takes into account the relationship between memory and territory, this relationship's importance during the construction of the identity of an individual or collective and processes of cultural legitimation that normally permeate these approaches. It is intended, therefore, to discuss here that the proposition

¹ Midiálogo pela Unicamp. Membro titular do Conselho Municipal de Cultura de Campinas, eleito pela sociedade civil para o mandato 2017-2018, e Gestor Cultural do Bons Ventos Coworking. Contato: kaian.ciasca@gmail.com.

of an affective map can reach layers of perception of cultural habits of a population that better address the complexity involved in the diagnosis of these habits, and may even be used in the proposal of public policies.

Keywords: Affective maps. Cultural indicators. Cultural habits. Memory. Identity.

No momento de planejar uma política pública, um gestor pode lançar mão de diversos dados de diagnóstico que apontam para a realidade social de um país, estado, município ou até bairros específicos. Esses dados podem indicar desde níveis de pobreza e vulnerabilidade social até a quantidade de público que determinado equipamento cultural recebe em um determinado período de tempo. Ou seja, o objetivo dessa abordagem é tentar operacionalizar um conceito abstrato, em termos de números. Assim, dados brutos, após passar por análises, são então considerados indicadores sociais e podem ser utilizados nos momentos de planejamento, implementação e acompanhamento de dada política pública (JANNUZZI, 2001).

Porém, na área da cultura, essas pesquisas são esporádicas e, além disso, diversas vezes, versam sobre assuntos de forma objetiva, mas que, por isso, não atingem camadas de aprofundamento nos hábitos culturais, que podem apresentar um diagnóstico de fato de usos de espaços ou atividades nos tempos livres da população, por exemplo. No mais, certos hábitos podem não ser representados nessas pesquisas devido a processos de legitimação cultural. O objetivo deste trabalho, então, é, lançando mão de pesquisas teóricas, analisar e cruzar dados de indicadores quantitativos já levantados, buscando no conceito de mapas afetivos uma alternativa para levantamento, também de forma qualitativa, de hábitos culturais de certo recorte da população da cidade de São Paulo e, assim, apresentar possibilidades aplicáveis de usos dessas plataformas a fim de aprofundar a abordagem e diagnóstico das práticas culturais de nossa sociedade, principalmente para embasamento no momento de se propor nova ou avaliar determinada política pública de cultura.

INDICADORES SOCIAIS: CONCEITOS

Para toda pesquisa que lida com a ideia de indicadores sociais, é necessária a definição desse termo, seus possíveis usos e, principalmente, os desafios no momento de designar uma nova abordagem de dados estatísticos. Referência no estudo de indicadores, Paulo Jannuzzi (2001, p. 15) apresenta o conceito como uma medida em geral quantitativa utilizada para “traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social”. Ou seja, após processo de agregação de valor contextual às estatísticas públicas – que seriam os dados sociais em sua forma bruta – os indicadores quantificam informações que dizem respeito a conceitos sociais abstratos, podendo ser de interesse técnico ou programático, e, dessa forma, tornam-se essenciais para subsidiar a proposição de “planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo” (JANNUZZI, 2001, p. 15).

Ao apresentar valioso estudo de conceituação dos indicadores, o pesquisador ainda apresenta algumas classificações a serem levadas em conta, além de propriedades desejáveis na construção de um indicador que seja aplicável em seu objetivo de aferir o conceito em questão. É importante, então, inicialmente apresentar as diferenças, debatidas por Jannuzzi (2001), entre indicadores objetivos e subjetivos: o primeiro deles é trabalhado como classificação de ocorrências concretas e dados empíricos construídos com base em estatísticas públicas; já o segundo se refere a medidas construídas considerando a análise e reflexão dos indivíduos ou especialistas acerca de aspectos da sociedade. Além dessa classificação, os indicadores objetivos são considerados quantitativos e os subjetivos considerados qualitativos.

Faz-se importante a diferenciação anterior, pois parte da argumentação que será feita se apoia na essencial utilização de indicadores qualitativos quando o tema a ser debatido é a cultura. Debate que introduzo na próxima seção.

INDICADORES QUALITATIVOS E PESQUISAS DE HÁBITOS CULTURAIS

Os indicadores sociais são de fundamental importância nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas (JANNUZZI, 2001). E quando tratamos de políticas para a área cultural, historicamente, a tentativa de definição dos chamados indicadores culturais representam uma resposta a questões sobre como a proposição de políticas nessa área contribuem na melhoria da qualidade de vida da população, bem como para o desenvolvimento econômico sustentável (GHEZZI; CATELLI, 2013, p. 1).

Diversas iniciativas de pesquisa foram realizadas no sentido de suprir a histórica falta de dados na área cultural; dados esses essenciais na análise da evolução das práticas culturais brasileiras. Algumas dessas iniciativas também serão citadas, contextualizadas e utilizadas mais a frente.

Porém, apesar dessas quantificações terem sido fundamentais nas análises que subsidiaram diversas políticas formuladas no país, são necessárias pesquisas qualitativas que fujam da análise exclusivamente econômica e se preocupem mais com dimensões e práticas culturais com um olhar mais atento à sociologia. Dessa forma, elas podem dar conta da complexidade dos hábitos culturais da sociedade brasileira, para os quais números relativos a quantidades de público, por exemplo, não são suficientes. Nesse sentido, Ghezzi e Catelli afirmam:

Um ponto de vista mais sociológico abordaria, além da questão econômica, outras dimensões fundamentais da vida cultural, como por exemplo, os aspectos simbólicos, estéticos, éticos, sociais e políticos. O ideal seria combinar diferentes modalidades de estudos e abordagens disciplinares, no intuito de dar conta de todas essas dimensões da vida cultural para então informar a formulação de políticas públicas na área de cultura (GHEZZI; CATELLI, 2003, p. 8).

Assim, as autoras também levantam alguns desafios para esses diagnósticos propostos por pesquisas quantitativas de público, a saber: práticas culturais mais amplas do que as atividades tradicionalmente realizadas nos equipamentos culturais; complexidade de usos dos próprios equipamentos culturais citados em uma pesquisa – apenas estar em um desses locais não atesta um uso cultural, por exemplo; diversidade de padrões culturais e, portanto, diversidades de públicos – sendo necessária a inclusão de determinados setores sociais nos campos de pesquisa, além de atenção a dados etnográficos que caracterizem o cotidiano desses públicos; e sistematização na periodicidade das pesquisas, de modo a atestar evoluções nos padrões apresentados (GHEZZI; CATELLI, 2003).

Além disso, é importante apontar que diagnósticos de práticas culturais potencializam a caracterização de demandas e carências de uma parcela da população pesquisada e, conseqüentemente, são essenciais no processo de formulação e avaliação de políticas públicas, trazendo resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados. Porém, temos de nos atentar que, devido a diferenças conceituais, indicadores objetivos e subjetivos podem não apontar tendências similares, mesmo que estejam relacionados a uma mesma dimensão social (JANNUZZI, 2001).

HABITUS E LEGITIMAÇÃO CULTURAL

Mas por que são tão importantes pesquisas qualitativas no âmbito dos hábitos culturais da sociedade brasileira? Historicamente as pesquisas sobre o conceito de práticas culturais apresentam as preferências estéticas e dos consumos simbólicos como parte essencial do rito de identificação da vida social (COULANGEON, 2014). Nesse sentido, Coulangeon (2014, p. 19) defende que “a estratificação social das práticas culturais, por sua vez, alimenta um debate recorrente sobre a pertinência das políticas públicas de cultura”.

Referência no estudo de práticas culturais, Bourdieu (1980 apud COULANGEON, 2014) define habitus como sendo as características sociais do meio em que um indivíduo vive – como a origem familiar, educação e posição socioeconômica – refletidas pelo conjunto das estruturas de percepção e de ação nos diversos estágios da socialização. Dessa forma, é necessário para esse debate levar em consideração que o conceito de habitus também representa a interiorização de valores e normas sociais, e, sendo assim, é uma dimensão de estudo que pode ser utilizada na análise tanto individual como de um grupo. Já o processo de incorporação subjetiva de estruturas objetivas, reproduzido por meio da rotina, não pertence ao domínio do indivíduo, mas ao de uma classe (GHEZZI; CATELLI, 2013).

Além disso, os hábitos culturais não só são socialmente diferenciados como, historicamente, são socialmente hierarquizados, levando-se em conta que o processo de identificação social compreende tanto práticas de rotina do contexto em que se está inserido, como “aversão” a preferências estéticas relacionadas a outros grupos sociais. Portanto, as práticas culturais de um indivíduo estão intrinsecamente associadas com a posição de uma classe social. Nesse sentido, segundo Coulangeon (2014), diversas formas de “dominação simbólica” ocorrem devido à compreensão de uma hierarquia de gostos e práticas, baseada na interiorização de uma ordem de legitimidade das preferências culturais. O autor ainda defende que, ao debater a proposição de políticas públicas, é necessário identificar os caminhos de uma proposta considerando o fato de que são diferentes as ideias de democratização e democracia cultural. A primeira, ao defender a acessibilidade de certas obras da humanidade ao maior número de indivíduos, pode enfatizar um processo de “arbitrário cultural” ao considerar uma determinada cultura como universal; a segunda – democracia cultural –, focada no desenvolvimento de identidades locais ou regionais das culturas minoritárias e das tradições populares, permite que os indivíduos tenham acesso a condições de cultivar sua capacidade de inventar e de criar, assim como de expressar livremente seus talentos. Ou seja, as pesquisas de hábitos e indicadores podem, dessa forma, demonstrar em que momentos uma ou outra política pode ser interesse de direcionamento, pois, apesar de abordagens diferentes, ambas as ideias (democratização ou democracia cultural), têm um objetivo comum (COULANGEON, 2014).

MAPAS AFETIVOS

Segundo a geógrafa Salate Kosel (2013, p. 66), o objetivo das representações na geografia é “entender os processos que submetem o comportamento humano, tendo como premissa que este é adquirido por experiências, temporal, espacial e social”. Essa definição aponta que qualquer representação geográfica que for realizada, como é o caso dos mapas, contém simbologias de padrões sociais e identitários. Porém, a autora defende que, devido à conotação cientificista de “verdade” ou de representação do “real”, historicamente os mapas sempre foram utilizados como instrumentos de dominação e manipulação.

Segundo Ana Paula do Val (2013, p. 129), esses elementos de dominação dos considerados mapas oficiais “constituem uma visão de mundo hegemônico e autoritário, realizado pelos jogos das relações de poder e violência do Estado-Capital opressor – mapas do poder e da exclusão”. Sendo assim, ao buscar instrumentos de representação que expressem diagnósticos de localização de expressões e hábitos culturais, é necessário levar em consideração os apontamentos anteriores para se fazer um adequado questionamento acerca dos padrões pré-estabelecidos da hierarquia de gostos e práticas culturais, definida anteriormente neste artigo.

Apresenta-se, então, o conceito de mapas afetivos: estes objetivam representar como se revelam determinadas lembranças de algum indivíduo relacionadas a um local, evidenciando seus lugares da memória², como pontos que mais marcam uma pessoa na cidade, em seu cotidiano (VETTORASSI, 2014). Dessa forma, conseguimos apontar nessa representação os processos que envolvem a construção identitária dos entrevistados.

Segundo Michael Pollack (1992, p. 201), são constitutivos da nossa memória os acontecimentos vividos, sejam pessoalmente ou “vividos por tabela”, ou seja, aqueles vividos por um grupo ao qual uma pessoa se sente pertencer. A memória, então, deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, de forma que é, em parte, herdada, e não se refere apenas à vida física da pessoa. E, sendo assim, é um fenômeno “construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

Ao levar em consideração que o sentimento de identidade, construído ao longo da vida de uma pessoa, é a imagem que ela constrói de si para si, para acreditar na sua própria representação, e também como se apresenta para os outros, para ser percebida da maneira como quer ser percebida, Pollack (1992, p. 2014) conclui que: “a memória é um elemento

2 Utilizo aqui o termo “lugares da memória” como Pollack (1992, p. 202) o utiliza em seu artigo “Memória e Identidade Social”, para se referir a “lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”.

constituente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Nesse sentido, os lugares da memória são pontos de referência que, além de elementos estruturantes da nossa memória individual, também se inserem na memória da coletividade a que pertencemos (VETTORASSI, 2014). Além disso, Kosel (2013, p.64) também ressalta que, ao criar uma representação do mundo, estabelece-se sentidos que “expressam o cultural e o social, produtos de seu entendimento sobre o espaço vivido, percebido, sentido, amado ou rejeitado”.

Um exemplo no qual conseguimos perceber a utilização dos conceitos anteriormente apresentados é o projeto “Mapas Afetivos”, criado em 2014 pelo Liquid Media Laab: uma narrativa transmídia³ que, por meio de depoimentos sobre os locais preferidos de alguns habitantes da cidade de São Paulo, conta a história dessas pessoas, com base nesses lugares (MAPAS, 2017). Em algumas das histórias encontradas no site, por exemplo, termos que indicam a posse de espaços considerados públicos são utilizados para referenciar certos lugares como: “ué, cadê a minha calçada?” – ao se referir à mudança da calçada da Paulista –, “meu bairro” ou até “bem ali, na minha 9 de Julho” (MAPAS, 2017). Nesses casos, a utilização desses termos denota menos uma apropriação excludente e individualista dos espaços que o sentimento de pertencimento a eles, demonstrando a construção de lugares simbólicos, onde as lembranças se recriam constantemente e revelam as marcas que mais afetam e afetaram a vida desses entrevistados (VETTORASSI, 2014).

Seguindo na análise desses conceitos, podemos, então, buscar relações entre a memória e a construção de uma identidade individual e coletiva pelos contatos lembrados com territórios citados e, ao cruzar com dados quantitativos de pesquisas, propor a qualificação de algumas abordagens a certos indicadores que apontem para os hábitos culturais desses indivíduos e, conseqüentemente, de seus coletivos sociais, atingindo camadas de profundidade da análise objetiva dos dados.

CRUZAMENTO DE DADOS E O CASO “LABORATÓRIO CEU: TERRITÓRIO NOVO MUNDO”

A cidade hoje tem papel essencial na forma como nos aproximamos de iniciativas culturais, legitimando a convivência social como um território

³ Conteúdo que se sobressai em mais de uma mídia, ou seja, conteúdo realizado para meios diferentes que se complementam na narrativa (WIKIPEDIA, 2017).

de encontros e trocas, seja em instituições formais, seja em outros espaços legítimos de convívio, como praças e parques, entre outros locais que concentram atividades e manifestações culturais (RIBEIRO, 2014).

Antes de ir aos dados, é interessante salientar que as pesquisas também demonstram que a relação entre o espaço urbano e o uso do tempo livre, apesar de apresentarem padrões claros, não geram uma preocupação política com a “organização espacial que leve em consideração a localização de espaços públicos que permita fruição e produção cultural” (INSTITUTO, 2010, p. 4).

O primeiro dado a ser levado em consideração é o fato de que os parques são os espaços culturais mais frequentados pelos moradores da cidade de São Paulo, sendo citados por 20% das respostas levantadas na pesquisa “Cultura SP: Hábitos culturais dos paulistas”⁴ (LEIVA, 2014) – cabe ressaltar que foram respostas espontâneas, sem delimitação prévia das possibilidades. Podemos, então, relacionar o dado anterior com a pesquisa de hábitos culturais “Públicos de Cultura” realizada pelo Sesc⁵, em 2013, na qual os parques são espontaneamente citados, por 12% dos entrevistados, como locais em que os moradores e moradoras de São Paulo frequentam nos fins de semana quando querem realizar alguma atividade cultural. Esses espaços se mostram também nessa pesquisa como o local mais frequentado por eles, enquanto que as praças são citadas por apenas 3% dos entrevistados. Em relação aos lugares frequentados em dias de semana, apenas 1% dos entrevistados e entrevistadas cita os parques e não há nenhuma referência às praças. Nos dias de semana, os shoppings centers são os locais mais frequentados por paulistas, citados por 2% dos entrevistados. Porém, é importante atentar para o fato de que 46% dos moradores de São Paulo entrevistados diz não realizar atividades culturais nem durante a semana, nem nos finais de semana, seja por falta de tempo ou oportunidade (SERVIÇO, 2017).

Outro ponto a ser levado em consideração é o nível de satisfação dos moradores da cidade de São Paulo, aferidos pela pesquisa IRBEM⁶, quanto ao tempo de espera no ponto de ônibus e o tempo de deslocamento na cidade – notas de avaliação de 4,1 e 3,8, respectivamente, em uma escala de 0 a 10 – o que nos faz perceber a importância da proximidade de espaços

4 A pesquisa foi realizada, com quase oito mil entrevistados, pela JLeiva Cultura & Esporte e Instituto Datafolha em 21 cidades do estado de São Paulo, no ano de 2014 (LEIVA, 2014).

5 A pesquisa, realizada pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pela Fundação Perseu Abramo, foi realizada em survey, com amostragem de 2.400 entrevistas feitas em 139 municípios, divididos em 25 estados do país (SERVIÇO, 2017).

6 Realizada pela Rede Nossa São Paulo, a pesquisa foi feita em forma de consulta pública com mais de 36 mil pessoas, que apontaram o nível de satisfação em relação à cidade de São Paulo no que diz respeito a 25 temas (REDE, 2017).

de atividade cultural no momento da escolha do local a ser frequentado (REDE, 2017).

Parte dos dados de satisfação da população e indicadores sociais já orientam a implementação de certas políticas dependendo das prioridades de um ou outro governante e, por isso, é importante apresentar um exemplo de um processo já encaminhado no qual a realização de um mapa afetivo orientou o planejamento público.

Desde 2002, foram criados na cidade de São Paulo os Centros Educacionais Unificados (CEU), espaços de integração entre os programas educacionais de certa região. A gestão de Fernando Haddad, então, ao planejar a implementação de 20 novas unidades desses equipamentos, ampliou o conceito original e propôs a integração com outros equipamentos públicos de um bairro, ou seja, para além de programas educacionais, configurando os Territórios CEU (GESTÃO URBANASP, 2017b). A proposta compreendia então no diagnóstico das forças e fluxos culturais locais, promovendo a integração deste novo espaço construído com a Rede de Equipamentos Públicos para garantir “acesso seguro da população, especialmente das crianças e adolescentes, ao espaço da cidade, consolidando São Paulo como uma Cidade Educadora” (GESTÃO URBANASP, 2017a).

Também nos é apresentado no site Gestão Urbana SP, da Prefeitura Municipal de São Paulo, o fluxograma do processo de criação de um Território CEU, no qual vemos que, após levantamento de demandas e seleção do terreno em bairros com altos índices de vulnerabilidade social – apontado por indicadores sociais – a proposta se divide entre o desenvolvimento do projeto e a ativação do território, que aconteciam paralelamente e compreendeu: realização de oficinas com os governos locais para apresentação das propostas; oficinas de desenvolvimento das metodologias de diagnóstico e implementação; e as oficinas participativas com os moradores locais para discutir os territórios em que vivem, das quais a oficina piloto foi a “Laboratório CEU: Território Novo Mundo” (GESTÃO URBANASP, 2017a).

A oficina piloto foi realizada, em 2014, pelo coletivo LABMOVEL e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) em parceria com várias outras secretarias municipais, como a de Educação, de Cultura, de Direitos Humanos e Cidadania, de forma a descobrir e mapear desejos, intenções e expectativas dos moradores da região da Vila Maria e do Novo Mundo quanto à implementação do CEU Novo Mundo (LABMOVEL, 2017). Esses encontros tinham como objetivo, após a escuta dos participantes, estabelecer os itinerários, equipamentos de maior frequência, atividades de preferência, oferta de atividades para o tempo livre e as expectativas em relação ao CEU (LABMOVEL, 2017). A consequência

desses depoimentos, feitos por moradores de várias faixas etárias, foi a realização de um mapa com essas informações, considerado um mapa afetivo por quem o confeccionou⁷.

Os pontos assinalados nos mapas mostram os locais indicados como frequentados pelos habitantes da região, separados por faixa etária. Mas, além disso, em vermelho, podemos ver as linhas que determinam o maior fluxo cotidiano dos jovens. Em comparação com o mapa de equipamentos encontrado na plataforma SPCultura⁸, a diferença nos apontamentos é muito grande. Enquanto na plataforma colaborativa o raio demarcado que abrange essas regiões mostra 12 equipamentos culturais, difusos pela região, o mapa afetivo mostra uma centralização das atividades em torno do campo da Cometa e do local indicado para a construção do Território CEU Novo Mundo. E não há convergência entre esses equipamentos: nenhum dos já demarcados na plataforma foi citado na construção do mapa pelos moradores e nem esses equipamentos citados estão na plataforma.

Então, de forma prática, esse inventário assinalado no mapa, realizado pelo LABMOVE, orientou o planejamento dos caminhos de conexão da Rede de Equipamentos, apresentados na Figura 1 em amarelo, que seguem os padrões dos itinerários e da localização dos hábitos culturais dos moradores locais, mais claramente apresentados na Figura 2, que mostra apenas os caminhos indicados pelos jovens da região. E, além disso, foi feito um levantamento de práticas desejadas por esses entrevistados que podem ser utilizadas no momento da instalação do equipamento, para orientar a programação do espaço.

7 O material está disponível em: <<http://eduzal.com/maps/ceunovomundo/#15/-23.5193/-46.5770>>. Acesso em: 9 de maio de 2017.

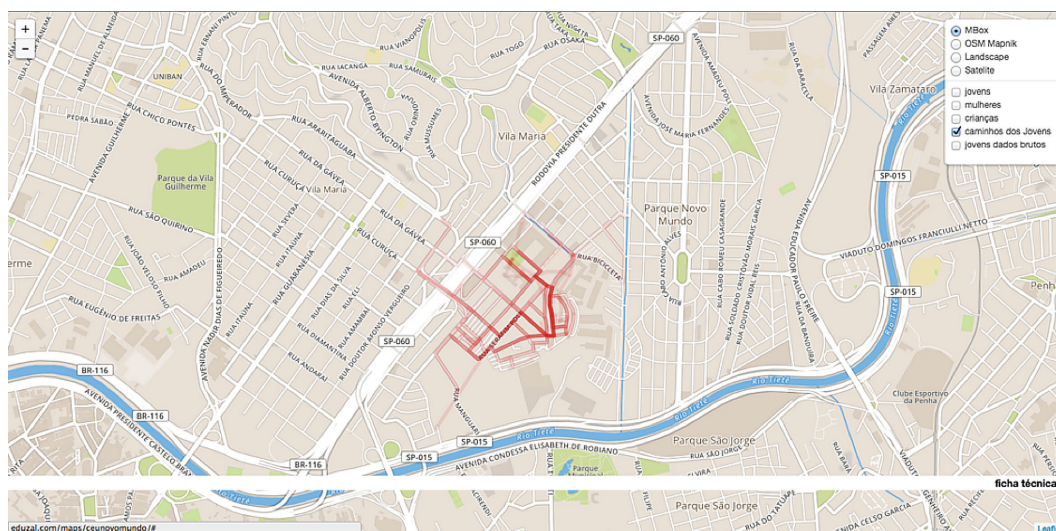
8 O SPCultura é uma plataforma livre, gratuita e colaborativa da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para mapeamento de equipamentos, agentes, eventos e projetos da cidade, baseada no código da plataforma Mapas Culturais, idealizada pelo Ministério da Cultura. (SÃO PAULO, 2017).

Figura 1 – Diagnóstico para implementação do Território CEU Novo Mundo



Fonte: Território CEU Novo Mundo – GESTAOURBANASP, 2017.

Figura 2 – Mapeamento dos caminhos que os jovens mais fazem na região



Fonte: Laboratório CEU: Território Novo Mundo – LABMOVE, 2017.

Essa experiência prática apresenta definitivamente um uso dos mapas afetivos no planejamento de políticas públicas, pois foi determinante para o diagnóstico anterior à construção do projeto o mapeamento das práticas desses moradores a partir da indagação sobre a relação que os mesmos têm com o território de forma ampla, não predeterminada e, principalmente, afetiva, apontando usos reais desses locais.

Ainda, segundo a pesquisa, os moradores da Zona Norte são os que têm que se deslocar mais para usufruir de atividades culturais, o que também aponta a importância de reconhecer os fluxos locais para que não haja a necessidade de grandes deslocamentos nos hábitos culturais já realizados pelos moradores dessa região (LEIVA, 2014).

Diversas outras análises são possíveis nesse cruzamento de dados em relação ao uso de espaços culturais e sua localização, mas, por ora, me detenho a esses cruzamentos iniciais para exemplificar a questão.

DESAFIOS PARA O USO DOS MAPAS AFETIVOS COMO INDICADORES CULTURAIS

Analisando a proposta de mapa afetivo aqui apresentada, podemos levantar alguns desafios na utilização desse instrumento como caracterizador de indicadores culturais. Paulo Jannuzzi (2001) sugere algumas propriedades desejáveis para a criação de um indicador social, a saber: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade.

Dessa forma, seria necessário que as entrevistas realizadas com o fim da construção do mapa afetivo tivessem questionamentos muito claros acerca dos locais a serem mapeados – nesse sentido, o projeto Laboratório CEU Novo Mundo foi bastante assertivo. Esse ponto é fundamental para a inteligibilidade da construção de um mapa com essa finalidade, pois é importante que haja transparência metodológica na construção de um indicador (JANNUZZI, 2001).

Quanto à cobertura de um mapa afetivo, novamente é importante destacar a finalidade do uso do mapa no momento de sua construção. Desse fato, podemos ressaltar que a regionalização do uso de equipamentos culturais também está conectada com o sentimento de reconhecimento naqueles que frequentam o mesmo espaço, destacando novamente a relevância das preferências estéticas e hábitos culturais nos ritos de identificação social (COULANGEON, 2014). Por isso, abrangências de diferentes coletivos sociais são sempre necessárias, levando em consideração representações de gênero, raça/cor e classe social, por exemplo.

Por fim, é importante salientar que, no momento de construção desse indicador, cabe a quem estiver analisando o acompanhamento e direcionamento das informações a serem buscadas nas entrevistas verificar a possibilidade de os dados serem comparados e cruzados entre os depoimentos. Por fim, Jannuzzi (2001, p. 30) lembra que o custo e o tempo para obtenção

de um indicador devem ser compatíveis com “as necessidades e usos que se faz do mesmo”, ponto a ser levado em consideração, devido a possíveis tempos longos de análises das entrevistas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência Laboratório CEU: Território Novo Mundo demonstra ser de fato aplicável o uso dos mapas afetivos na construção de indicadores que orientem a construção de políticas públicas de cultura com base no levantamento das práticas culturais de certos grupos de indivíduos. É necessário, na realização desses mapas, atentar-se para alguns fatores importantes quanto à construção de um indicador, como a validade, a confiabilidade, a comunicabilidade dos resultados e a inteligibilidade na sua construção, sendo importante a proposição de um padrão de abordagem que possa ser replicado para ampla utilização desses indicadores, de forma a possibilitar o cruzamento de dados levantados em diferentes regiões.

Porém, é também necessário compreender o objetivo dos dados finais levantados e levar em consideração especificidades locais, caso o mapa a ser construído seja voltado ao diagnóstico de um local delimitado. Para isso, a propriedade de cobertura do indicador deve ser compatível com o local que será atingido com a política pública a ser planejada, pois, como apresentado aqui, indicadores qualitativos devem ser usados em relação com indicadores quantitativos, tendo potencial em abrangências de territórios específicos e de grupos que, por vezes, não são representados em pesquisas mais abrangentes. Não é o ideal, portanto, a substituição de um tipo de pesquisa pela outra.

Além disso, não podemos perder de vista a potência de uma construção colaborativa de mapas como esses, pois o acesso a indicadores sociais é um instrumento para empoderamento da sociedade civil no acompanhamento, controle e direcionamento das atividades do poder público (JANNUZZI, 2001).

Os indicadores apontados na plataforma de acompanhamento das metas do Plano de Cultura às vezes se mostram ineficientes, como o associado à meta 3 do Plano, que prevê a cartografia das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro (PLANO, 2017). Nesse caso, os mapas afetivos, por enumerarem hábitos que expressam identidade e historicidade de coletivos ou indivíduos, podem ser eficazes na representação geográfica da diversidade de expressões, difícil de captar com mapas que apenas elencam pontos como equipamentos culturais. Tal representação

é um dos objetivos do Mapas Culturais⁹ nacional, o sistema de indicador atual que visa acompanhar o cumprimento da meta.

Por fim, essa pesquisa inicial aponta alguns outros caminhos que podem ser seguidos em pesquisas futuras, por exemplo, para aprofundamento de algumas questões, apresentadas nesta última seção, que possibilitam aproveitar de forma mais efetiva essas iniciativas. Em novas pesquisas também é necessário melhor entendimento da construção de um indicador cultural associado a um mapa afetivo, para que ele possa ser de fato utilizado na proposição de políticas públicas em situações diversas e visando a sua replicabilidade para abrangências coerentes e constantes. Sendo assim, evita-se seguir o padrão de certas pesquisas de indicadores que, perdem o caráter de historicidade e não conseguem acompanhar possíveis mudanças nos hábitos culturais da população brasileira, quando deixam de ser realizadas com periodicidade e, muitas vezes, nem chegam a ser realizadas ao menos uma segunda vez.

REFERÊNCIAS

- COULANGEON, Philippe. Sociologia das práticas culturais. Trad. Constancia Egrejas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- GESTÃO URBANASP. Territórios CEU. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-equipamentos/territorios-ceu/>>. Acesso em: 9 maio 2017.
- GESTÃO URBANASP. Processo. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-equipamentos/territorios-ceu/processo/>>. Acesso em: 9 maio 2017.
- GHEZZI, Daniela Ribas; CATELLI, Rosana Elisa. Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais, e políticas públicas de cultura. In: IV Seminário Internacional – Políticas Culturais. 16 a 18 de outubro/2013, Setor de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS: Cultura. Brasília: 2010. 17p.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. Campinas: Alínea, 2001.
- KOSEL, Salette. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais. In: Geograficidade, Niterói, v. 3, n. especial, p. 58-70, set./dez., 2013.
- LABMOVEL. Laboratório CEU: território Novo Mundo. Disponível em: <https://issuu.com/gdomschke/docs/laborat__rio_ceu-_territ__rio_novo_>. Acesso em: 9 maio 2017.

9 Projeto de mapeamento nacional de iniciativa do Ministério da Cultura. O Mapas Culturais deu origem ao SPCultura.

LEIVA, João (Org.). Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas. São Paulo: Tuva Editora, 2014.

MAPAS AFETIVOS. Sobre. Disponível em: <<http://www.mapasafetivos.com.br/sobre-o-projeto>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Meta 3 – cartografia da diversidade das expressões culturais realizadas em todo o território brasileiro. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/metas/cartografia-da-diversidade-das-expressoes-3-culturais-em-todo-o-territorio-brasileiro-realizada/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Indicadores de Referência do Bem-Estar no Município – IRBEM. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem>>. Acesso em: 01 maio 2017.

RIBEIRO, Baixo. Cultura urbana: movimento, inovação e convergência. In: LEIVA, João (Org.). Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas. São Paulo: Tuva Editora, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. SPCultura. Disponível em: <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Públicos de cultura. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/pesquisa/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

VAL, Ana Paula do. Cartografias Afetivas. In: BORDAS, Marie Ange (Ed.). Caderno Sesc_VideoBrasil 09: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2013.

VETTORASSI, Andréa. Mapas afetivos: recursos metodológicos baseados na história oral e reflexões sobre identidades espaciais e temporais em estudo sociológico. In: História e Cultura, Franca, v. 3, n. 3, p. 155-176, dez. 2014.

WIKIPEDIA. Transmídia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Transm%C3%ADdia>>. Acesso em: 9 maio 2017.